

## A NARRATIVA JORNALÍSTICA PARA ALÉM DOS *FAITS-DIVERS*

Afonso de Albuquerque\*

> O artigo sustenta que: 1) a narrativa constitui um elemento importante para a compreensão do fenômeno jornalístico em geral e, não apenas das notícias de interesse humano (*faits-divers*); 2) ela não é somente um fruto da imaginação individual do jornalista que produz a notícia, mas também o produto de uma habilidade coletiva compartilhada pelos profissionais do jornalismo - as convenções narrativas - que atuam não só no sentido de estruturar as notícias sob a forma de “histórias” mas também para delimitar o campo de uma competência profissional específica, a *autoridade jornalística*; 3) esse desenvolvimento da autonomia interpretativa do jornalismo se associa estreitamente com uma redefinição da atividade política e particularmente do papel a ser desempenhado pela imprensa nas democracias contemporâneas. Dá exemplos ilustrativos pela análise de artigos da revista *Veja*.

Narrativa Jornalística - Faits-Divers - Autoridade Jornalística

> This paper argues that: 1) the narrative is an important element for clearly understanding the journalistic phenomenon in general and not only for describing the soft news (*faits-divers*); 2) it is not a mere product of the journalist's individual imagination but also a product of a collective ability shared by the professional journalist in order to, while constructing news as “stories”, delimit the specific professional competence as *journalistic authority*; 3) this developing of journalism's interpretative autonomy is closely associated with a redefinition of the political activity and specific role played by press in the contemporary democracies. Some examples of *Veja* are analyzed to illustrate these assertions.

Journalistic Narrative - Faits-Divers - Journalistic Authority

### Introdução

Durante muito tempo os jornalistas constituíram um objeto marginal no estudo brasileiro sobre o jornalismo. Estudos importantes versaram sobre o jornalismo como forma particular de conhecimento (Genro Filho, 1989) ou como instância discursiva (Fausto Neto, 1989, 1994), sobre a inserção do jornalismo no modo de produção capitalista (Marcondes Filho, 1989) e sobre os gêneros jornalísticos (Melo, 1994), mas pouca atenção foi dada ao processo de produção de notícias e à cultura profissional dos jornalistas. Nos últimos anos, essa situação começou a se modificar, especialmente no que se refere ao estudo das rotinas produtivas do jornalismo (Lima, 1992; Travancas, 1992; Ribeiro, 1994; Adghirni, 1997). Os estudos sobre a cultura profissional dos jornalistas, porém, continuam raros. Uma exceção é o artigo de Luiz Gonzaga Motta sobre a dimensão narrativa das notícias de interesse humano, ou *faits-divers* (Motta, 1997).

“O que faz um acontecimento qualquer ganhar o estatuto da notícia?” é a questão que Motta se propõe a investigar. Geralmente, afirma o autor, a literatura sobre o assunto aponta dois critérios de noticiabilidade como fundamentais: os atributos do fato em si – a matéria-prima das notícias – e as circunstâncias e exigências do trabalho jornalístico. Nas notícias de interesse humano, porém, esses atributos aplicam-se apenas de maneira relativa. A razão de ser dessas notícias é o interesse que despertam no público e, por conta disso, permite-se maior liberdade interpretativa por parte dos jornalistas, não apenas na seleção do objeto noticioso como também no seu tratamento. No que se refere ao primeiro aspecto, o valor-notícia das notícias de interesse humano seria subjetivo, em oposição às *hard news*, nas quais “o fato se faz escolher” (Motta, 1997: 313-314). Com relação ao segundo aspecto, enquanto as *hard news* tenderiam ao registro e à objetividade, nas notícias de interesse humano o jornalista teria grande autonomia interpretativa e, mesmo, inventiva. Nessas

notícias, a dimensão narrativa do relato jornalístico teria um papel fundamental. Nos termos do autor: “não é o fato que conta mas sim o conto do fato” (Motta, 1997: 315).

Motta apresenta duas linhas possíveis de interpretação do significado das notícias de interesse humano. A primeira refere-se ao conceito de meta-acontecimento, tal como utilizado por Adriano Duarte Rodrigues. A segunda, mais interessante do ponto de vista deste artigo, diz respeito à dimensão narrativa das notícias. Nesta perspectiva, as notícias de interesse humano podem ser entendidas como pertencendo à ordem do mito, uma vez que veiculam respostas plausíveis para questões desconcertantes sob a forma de estórias. Nelas, “o real é apenas um vago referente” (Motta, 1997: 315), um ponto de partida para a “livre interpretação do narrador” (Motta, 1997: 315).

A título de conclusão, Motta sugere que os *fait divers* obrigam a que se considere o problema do valor-notícia em termos mais complexos do que os utilizados até o momento. O valor-notícia não dependeria apenas dos atributos dos fatos reais noticiados, mas da articulação deste com um segundo fator: a arbitrariedade dos jornalistas. Nas *hard news* teríamos o predomínio do primeiro fator, e as notícias tenderiam “mais para o registro e a objetividade” (Motta, 1997: 318); nas *soft news*, por sua vez “a narrativa se revela com toda a sua liberdade de criação” (Motta, 1997: 318).

A discussão de Motta sobre o caráter narrativo das notícias abre uma nova e interessante trilha para a pesquisa brasileira sobre o jornalismo. Entretanto, ao limitar a discussão sobre o caráter narrativo das notícias aos *faits-divers*, sustentando a crença de que as demais notícias ancoram-se na realidade em si, o artigo de Motta deixa de explorar com a profundidade necessária as potencialidades que sua abordagem oferece. Longe de demolir as “máscaras” e os “mitos profissionais” da neutralidade e da objetividade jornalísticas, o autor limita-se a afirmar que esses valores não se aplicam a um campo limitado de notícias – as notícias de interesse humano – mas não considera de nenhum modo problemática a sua aplicação ao restante do universo noticioso<sup>1</sup>.

Este artigo tem como objetivo discutir algumas questões relativas à dimensão narrativa das notícias. Em particular, pretendemos sustentar que: 1) a narrativa constitui um elemento importante para a compreensão do fenômeno jornalístico em geral, e não apenas das notícias de interesse humano; 2) a narrativa não é somente um fruto da imaginação individual do jornalista que produz a notícia, mas o produto de uma habilidade coletiva que é compartilhada pelos profissionais do jornalismo – as convenções narrativas empregadas pelos jornalistas nas notícias atuam não somente no sentido de estruturá-las na forma de “histórias”, mas também delimitar o campo de uma competência profissional específica, da autoridade jornalística; 3) o desenvolvimento da autonomia interpretativa do jornalismo se associa estreitamente com uma redefinição da atividade política e, particularmente, do papel a ser desempenhado pela imprensa nas democracias contemporâneas. A fim de ilustrar todas essas questões, desenvolvemos no final do texto uma pequena análise da cobertura da revista *Veja* de 19 de novembro de 1997 sobre a crise econômica, o pacote econômico do governo Fernando Henrique Cardoso e suas conseqüências.

### **Jornalismo e Narrativa: Considerações Preliminares**

Walter Benjamin foi um dos primeiros autores a relacionar os temas “jornalismo” e “narrativa” (Benjamin, 1993). Escrevendo em 1936, Benjamin sustentou que a narrativa encontrava-se em franca decadência no mundo contemporâneo, tendendo à extinção, conseqüência das radicais transformações no âmbito das forças produtivas verificadas no

capitalismo. Em particular, ele associou o declínio da narrativa à difusão da informação. Diferentemente da narração, veículo da sabedoria tradicional, a informação estaria comprometida com os acontecimentos na sua dimensão imanente, e não no seu significado transcendente. Mais do que qualquer outra forma de comunicação, o jornalismo ilustraria claramente a decadência da narrativa.

Para Benjamin a narrativa é o produto de condições peculiares às sociedades tradicionais, que deixariam de existir no estágio do capitalismo. Esta interpretação tem sido contestada por diversos autores, para quem a narrativa é uma característica universal e atemporal da humanidade (Barthes, 1971). De acordo com estes autores, a narrativa não se restringe apenas ao domínio da ficção e dos mitos, mas abrange também relatos sobre eventos “reais”, como os produzidos no âmbito da historiografia. Segundo Hayden White, por exemplo, o recurso à narrativa não apenas é uma característica inerente à historiografia; é uma condição *sine qua non* da sua existência, visto que somente forma narrativa possibilitaria a apresentação da realidade nos termos de “histórias [stories] bem construídas, com temas centrais, inícios, meios e fins apropriados, e uma coerência que nos permite ver ‘o fim’ a cada começo” (White, 1981: 23).

De acordo com White, a forma narrativa distinguiria a história propriamente dita de duas outras formas de representação histórica: os anais e as crônicas. Nos anais, meras “listas de eventos ordenados em seqüência cronológica” (White, 1981: 5), o componente narrativo estaria totalmente ausente, enquanto nas crônicas ele estaria presente de forma incompleta: as crônicas se apresentariam como “histórias” inacabadas. Na história propriamente dita, o uso da forma narrativa estaria associado à exigência de uma conclusão da seqüência de eventos reais a qual, por sua vez, se relacionaria com a exigência de um sentido moral para eles. Tudo se passaria como se as seqüências de eventos reais pudessem ter o seu significado explicado nos termos de um drama moral (White, 1981: 20).

Se, como propõe White, a narrativa desempenha um papel fundamental na interpretação historiográfica, o mesmo não poderia acontecer com a interpretação jornalística? Essa questão tem sido respondida de maneira positiva por um número significativo de estudiosos do jornalismo. Seguindo uma linha de argumentação em muitos aspectos semelhante à de White, S. Elizabeth Bird e Robert W. Dardenne sustentam que “as notícias, como os mitos, ‘não contam as coisas como elas são’, mas ‘contam as coisas segundo o seu significado’” (Bird & Dardenne, 1993: 267). Os autores estabelecem, porém, uma distinção fundamental entre dois níveis da questão, referentes às notícias individuais e às narrativas mais profundas que atravessariam as notícias em seu conjunto. Tomadas individualmente, as notícias dividem-se entre dois parâmetros concorrentes: o da informação e o da narrativa.

Entendidas com base no primeiro parâmetro, as notícias se apresentam como registros objetivos da realidade e, nesse sentido, se valem de recursos narrativos destinados “a organizar a informação de uma maneira clara e efetiva” (Bird & Dardenne, 1993: 271). A fórmula da pirâmide invertida constitui um dos principais recursos utilizados neste processo: ao concentrar todas as informações importantes no *lead*, ela dispensa o suspense como elemento da explicação. Embora adequadas aos parâmetros profissionais da objetividade jornalística, as notícias apresentadas dessa forma apresentam grandes dificuldades de compreensão para os leitores. O mesmo não acontece com o segundo parâmetro, com base no qual as notícias são entendidas como “histórias”. Notícias apresentadas sob a forma de “histórias” são geralmente mais compreensíveis para os leitores, mas tendem a ser entendidas pelos jornalistas como uma traição aos princípios

básicos da sua profissão. Na prática, os jornalistas “escrevem alguns registros, contam algumas ‘estórias’ e muito que é algo de ambos” (Bird & Dardenne, 1993: 273).

Tomadas coletivamente, porém, mesmo as notícias despidas de maiores qualidades narrativas, que se limitam a “registrar” os acontecimentos – tais como relatos cotidianos sobre acidentes, crimes e assuntos políticos – se inserem no contexto de narrativas mais abrangentes acerca da ordem social. Eles nos fornecem “o pano de fundo dos acontecimentos que nos informam que o mundo ainda continua e que as coisas que prezamos ainda têm interesse” (Bird & Dardenne, 1993: 269).

De modo ligeiramente diferente, James Carey sugere como ponto de partida para a discussão sobre o caráter narrativo das notícias as seis perguntas básicas em torno das quais se constitui o *lead*: quem, o que, quando, onde, como e porque (Carey, 1986). As quatro primeiras perguntas podem ser satisfatoriamente entendidas como atendendo à demanda dos leitores (ou da audiência) por informações acerca dos acontecimentos, mas não as questões “como” e, principalmente, “por que”. Mais do que simplesmente descrever o que aconteceu, as questões “como” e “por que” se prendem à exigência de uma explicação dos acontecimentos, de uma interpretação do seu significado. Tais explicações satisfazem “o nosso desejo de acreditar que o mundo, pelo menos na maior parte do tempo, é guiado por algo mais do que pelo mero acaso” (Carey, 1986: 149), e são da ordem da narrativa.

A explicação constitui um elemento problemático à luz dos princípios fundamentais da prática jornalística, os quais determinam que os jornalistas devem se manter fiéis aos fatos na descrição dos acontecimentos. Isso é relativamente simples no caso das questões “quem”, “que”, “onde” e “quando”. Não porque a resposta para elas seja transparente – “os fatos falando por si mesmos” – mas porque em nossa cultura parâmetros amplamente compartilhados permitem um alto grau de consenso entre os jornalistas (e seu público) na identificação dos fatos básicos. No caso da pergunta “por que”, porém, o problema se torna maior, dado que na nossa cultura “não há parâmetros definidos para determinar causas, apontar motivos, prever conseqüências ou avaliar significados” (Carey, 1986: 167).

As concepções de noticiabilidade que enfatizam o elemento inesperado, não-rotineiro como atributo fundamental da notícia desestimulam o recurso à explicação no jornalismo e, ao mesmo tempo, abrem espaço para os *faits-divers*. Tais notícias, referentes a eventos bizarros, imprevisíveis, extraordinários, dão conta dos aspectos inexplicáveis da nossa existência e tiram o seu poder de atração do fato de proporcionarem acesso a fenômenos perturbadores a uma distância segura visto que, devido à sua excepcionalidade mesma, não estamos envolvidos neles. O mesmo não se dá, porém, em relação ao noticiário sobre a política e a economia, domínios nos quais a nossa própria existência está em jogo. Neste caso, o mistério é intolerável e a explicação, uma exigência fundamental do jornalismo.

Não é, porém, no âmbito das notícias individuais que se pode encontrar tais explicações, mas no conjunto de matérias acerca de um determinado tema. As notícias particulares dizem respeito às transformações, aos eventos que irrompem no mundo, mas tomadas como um todo, elas alimentam narrativas mais abrangentes, que fornecem explicações mais aprofundadas acerca da realidade e seu significado. Decorre daí que a narrativa jornalística não pode ser tomada como um mero produto individual dos jornalistas, mas deve ser entendida como uma habilidade coletiva, que perpassa o conjunto dos profissionais jornalistas. Esta questão será discutida em seguida.

## Narrativa Noticiosa e Autoridade Narrativa dos Jornalistas

A importância do papel desempenhado pela narrativa no jornalismo não se limita à explicação do significado dos eventos noticiados. As formas narrativas utilizadas nas notícias constituem também um recurso importante do qual os jornalistas se valem para legitimar a sua própria autoridade descritiva e interpretativa acerca da realidade. O emprego das convenções narrativas apropriadas permite aos jornalistas não somente relatar os acontecimentos do mundo e avaliar o seu significado como também, de modo implícito, demarcar a extensão – e a importância – do seu próprio papel na descrição da realidade.

Tal discussão se relaciona estreitamente à análise do profissionalismo jornalístico e das condições econômicas, políticas, culturais, etc. que se apresentam para o seu desenvolvimento em um dado contexto. O surgimento de repórteres profissionais está associado, nos Estados Unidos à revolução da *penny press*, ocorrida na década de 1830. Até então, os jornais americanos eram em sua maioria porta-vozes de partidos ou grupos políticos, caros e dirigidos a militantes e simpatizantes. A *penny press* marcou o advento de um novo tipo de jornalismo dirigido ao público em geral, de baixo custo, caracterizado pelo destaque atribuído às notícias do cotidiano, antes que à opinião sobre assuntos politicamente relevantes e, não menos importante, pela contratação de repórteres pagos (Schudson, 1978).

O surgimento de repórteres pagos não implicou imediatamente, porém, na existência de um profissionalismo jornalístico. O aumento da remuneração e do status dos jornalistas ao longo do século XIX são fatores que ajudam a entender, mas não bastam por si sós para dar conta do desenvolvimento do profissionalismo jornalístico. Para tal é preciso considerar também questões de outra ordem, relativas aos princípios fundamentais compartilhados pelos jornalistas e, especialmente ao princípio da objetividade jornalística.

Embora a busca dos fatos tenha se afirmado como uma meta fundamental dos jornalistas americanos desde o início da *penny press*, o ideal da objetividade só se afirmou mais tarde, após o fim da Primeira Grande Guerra. Diferentemente do empirismo ingênuo em vigor até então, o ideal da objetividade preconizava o uso de métodos adequados que permitissem aos jornalistas separar fatos de valores. Neste contexto

as declarações de um jornalista sobre o mundo só poderiam merecer crédito na medida em que fossem submetidas a regras estabelecidas, julgadas legítimas por uma comunidade profissional. (Schudson, 1978).

Dessa forma, o ideal da objetividade desempenhou um papel importante na afirmação dos jornalistas como intérpretes especializados da realidade, dotados de uma autoridade própria, não subordinada a outros agentes sociais e políticos.

À primeira vista, o ideal da objetividade aproximaria os jornalistas do conhecimento científico. Diferentemente dos cientistas, porém, os jornalistas não dispõem de treinamento especializado, de métodos padronizados para analisar o objeto da sua investigação, ou de uma terminologia própria para transmitir seu conhecimento. Ao invés disso, eles precisam contar histórias para constituir sentido acerca dos eventos que narram (Campbell, 1991). Na prática, portanto, a adoção do ideal da objetividade pelos jornalistas implica no privilégio de determinados recursos narrativos sobre outros: o uso de uma perspectiva em terceira pessoa, a estrutura de pirâmide invertida das notícias, a separação das *hard news* da opinião e das notícias de interesse humano, o texto pouco adjetivado, etc. assinalam o privilégio de metáforas referentes ao universo da ciência antes que da literatura (ou, em termos mais genéricos, da ficção) (Tuchman, 1978; Campbell, 1991).

Os recursos narrativos empregados pelos jornalistas atuam não apenas no sentido de legitimar como verdade as notícias que eles veiculam, mas também de reforçar a autoridade retórica dos jornalistas, permitindo que eles se apresentem como intérpretes legítimos dos acontecimentos do “mundo real”. Através das suas narrativas, os jornalistas constituem uma “comunidade interpretativa” e negociam suas fronteiras (Zelizer, 1992). Mais do que simplesmente contarem o que aconteceu, as narrativas jornalísticas falam sobre as prerrogativas e os deveres dos jornalistas na descrição e interpretação dos acontecimentos, legitimam determinados profissionais ou grupos jornalísticos como mais autorizados do que outros para relatar determinados acontecimentos e sustentam a autoridade interpretativa da comunidade jornalística como um todo frente a comunidades interpretativas concorrentes, tais como, digamos, autoridades governamentais ou membros do meio acadêmico. Assim, por exemplo, a cobertura da morte de Lady Diana em um acidente automobilístico envolveu não somente uma discussão sobre as causas do acidente, os responsáveis por ele e suas conseqüências para a monarquia britânica, mas também um animado debate sobre as diferenças existentes no interior do meio jornalístico (jornais “sérios” versus tablóides e *paparazzi*) e sobre a necessidade ou a impertinência da existência de limites legais à atuação da imprensa.

Todas essas considerações referem-se especificamente ao caso norte-americano, e sua aplicação ao estudo do jornalismo em outros países exige maiores ponderações. As condições que permitiram o desenvolvimento do jornalismo, como uma comunidade interpretativa autônoma nos Estados Unidos, não estiveram presentes na maior parte dos outros países. Na França, por exemplo, inúmeros fatores de ordem política, econômica e cultural impediram que o campo do jornalismo se autonomizasse dos domínios da política e da literatura e se estruturasse em torno de “práticas discursivas centradas em fatos” (Chalaby, 1996). Do ponto de vista político, a censura à imprensa que vigorou na França até o final do século XIX se constituiu em um obstáculo ao desenvolvimento de uma imprensa independente; por outro lado, o amplo espectro ideológico que tem caracterizado a vida política francesa dificulta a identificação consensual de “fatos” pelo conjunto da sociedade francesa. Do ponto de vista econômico, os jornais franceses obtinham relativamente poucos recursos da publicidade e, em consequência, tornavam-se mais dependentes de favores do governo e de partidos políticos para sobreviver. Do ponto de vista cultural, o jornalismo era dominado por normas da literatura, sendo que o exercício do jornalismo era entendido menos como uma profissão de direito próprio do que como “o primeiro passo rumo a uma carreira literária brilhante” (Chalaby, 1996: 314)

Embora seja apresentado como um modelo a ser seguido no discurso das principais empresas jornalísticas, o jornalismo “independente” norte-americano está longe de ser consensual entre os jornalistas brasileiros. Para muitos deles, comprometidos com o modelo do jornalismo partidário, o ideal da objetividade jornalística só pode ser entendido como fruto da ingenuidade ou má fé dos seus defensores, visto que toda interpretação é politicamente situada. Além disso, mesmo os jornais explicitamente comprometidos com o credo do “jornalismo independente” se afastam, na prática, dos parâmetros vigentes no jornalismo norte-americano:

quando o interesse nacional é ameaçado, os editoriais sempre justificam: é preciso cerrar fileiras e deixar as críticas de lado. A tão exaltada missão de jornalismo “cão de guarda” é posta de lado em nome da unidade nacional. (Waisbord, 1996a: 350)

As razões deste descompasso entre teoria e prática seriam várias: a inexistência de um mercado capaz de sustentar financeiramente as empresas jornalísticas, a dependência econômica em relação ao Estado, a ausência de movimentos culturais que amparassem o desejo de purificar o jornalismo da política partidária e o histórico de perseguição política a jornalistas críticos de regimes ditatoriais.

A despeito das características particulares do modelo norte-americano de jornalismo “independente”, ele se constitui como um referencial importante para análise do jornalismo em outros países, visto que frequentemente ele tem sido defendido, por jornalistas e empresas jornalísticas de vários países, como um modelo a ser seguido. Em particular, a referência ao modelo norte-americano se apresenta como um recurso importante para a análise do jornalismo brasileiro, na medida em que permite investigar influências do modelo norte-americano sobre o brasileiro (Silva, 1991) ou pelo menos a existência de tendências análogas entre os dois modelos, sem perder de vista as diferenças fundamentais existentes entre eles.

### **Autoridade Jornalística e a “Política da Forma Narrativa”**

O desenvolvimento do jornalismo como comunidade interpretativa autônoma nos Estados Unidos não se fez sem conseqüências políticas. Ele se verificou no contexto de uma ampla redefinição do sentido da atividade política, entendida como uma atividade técnico-administrativa mais que político-partidária e passível de ser julgada nos termos da eficiência das ações, antes que das posições políticas dos agentes políticos. Nessas condições, os jornalistas passaram a reivindicar uma participação mais efetiva na política, como intérpretes profissionais (e supostamente imparciais) dos eventos politicamente relevantes e seu significado. A defesa de tais concepções não se fez, porém, tanto de modo explícito (na forma de manifestos, etc.) quanto implicitamente, em convenções básicas da escrita noticiosa, tais como por exemplo, o *lead* e a estrutura da pirâmide invertida, a convenção que estabelece que uma matéria deve destacar os pontos altos de um discurso ou documento importante e a convenção que determina “que a cobertura de eventos políticos deve transmitir o significado dos atos políticos numa estrutura temporal mais ampla que a dos próprios atos” (Schudson, 1982: 99).

A importância do papel desempenhado pelo jornalismo na vida política norte-americana pode ser melhor avaliada quando comparada à realidade de outros países. O estudo comparativo feito por Hallin e Mancini acerca dos telejornais nos Estados Unidos e na Itália fornece um interessante exemplo a este respeito (Hallin & Mancini, 1984). Na Itália, um país cuja a vida pública está solidamente estruturada, há pouco espaço para a atuação autônoma do jornalismo como intérprete da política. Esse papel cabe principalmente a instituições como os partidos políticos, os sindicatos e as associações patronais. Nesse contexto resta aos jornalistas o papel de funcionários de partidos políticos – ou, no caso da televisão pública, do sistema partidário como um todo. O telejornalismo italiano dedica muito mais atenção à cobertura do debate político do que o seu equivalente norte-americano, mas o faz de maneira relativamente discreta, sem utilizar ativamente recursos narrativos a fim de estruturar a apresentação das notícias. Ao invés disso, o telejornalista italiano atua como um mestre de cerimônias, apresentando as interpretações dos diversos partidos políticos acerca do significado dos eventos politicamente relevantes. Em comparação, a esfera pública norte-americana é esvaziada: partidos, sindicatos e instituições patronais atuam muito discretamente como intérpretes da realidade política.

Duas instituições passam então a desempenhar um papel fundamental neste sentido: a Presidência e o jornalismo. Única instituição fora do Estado a desempenhar a função de interpretação e crítica da política é o jornalismo. Por este motivo o jornalismo norte-americano dispõe de condições muito mais efetivas para atuar autonomamente que o seu correspondente italiano.

Um terceiro modelo é aquele no qual o jornalismo se encontra praticamente subordinado aos interesses do Estado, se alinhando quase automaticamente às posições do governo. Um caso exemplar é o do México – não obstante algumas transformações ocorridas nos últimos anos. Em um texto recente, Delarbre afirma existirem, apenas na região metropolitana da cidade do México, 25 diários, cuja tiragem total atinge cerca de 751 mil exemplares – a circulação real estimada é ainda menor, cerca de 450 mil exemplares – em um universo de cerca de 17 milhões de habitantes. Claramente, há muitos jornais para pouco mercado: como então explicar a sua sobrevivência? A resposta, segundo Delarbre, deve ser procurada no Estado, que financia mesmo jornais com tiragens ínfimas para garantir a sua docilidade política. Na televisão, por outro lado, uma emissora – a Televisa – domina quase sem concorrência o panorama nacional e veicula interpretações francamente governistas acerca da realidade política. Dado o poder econômico da Televisa, porém, é mais prudente falar aqui em simbiose do que em docilidade (Delarbre, 1996). Seja como for, existem poucas condições para que os jornalistas mexicanos veiculem interpretações autônomas em relação às do governo, seja de uma perspectiva “independente”, seja de uma perspectiva partidária de oposição. Ao invés disso, o jornalismo mexicano adota um enfoque “*presidencialista*”, que se caracteriza não apenas por uma extrema deferência com relação ao presidente e aos membros graduados do governo, mas por uma divisão do mundo da política em dois domínios distintos: o mundo da autoridade – que engloba as matérias sobre o presidente e os ministros – e o mundo da política, referente às campanhas eleitorais e às atividades parlamentares (Hallin, 1996).

Os três modelos acima dão conta de aspectos pertinentes da relação entre jornalismo e autoridade política no Brasil. O jornalismo político ocupou um lugar de destaque na imprensa brasileira durante muito tempo, mas a partir dos anos 60 entrou em declínio (Goldenstein, 1987). A imprensa política perdeu espaço para um outro tipo de jornalismo, estruturado como empresa capitalista, voltado para o mercado mais que para a defesa de causas políticas (Taschner, 1992). Este tipo de jornalismo buscava legitimidade nos termos do modelo “independente” de jornalismo, em torno de valores como “objetividade”, “imparcialidade”, etc., mas as condições existentes durante o regime militar limitavam brutalmente a possibilidade de exercício autônomo do jornalismo no período. Todas as grandes empresas jornalísticas foram obrigadas a restringir a sua atuação aos limites determinados pelo regime, mas algumas fizeram do oficialismo um meio de vida. A Rede Globo é um caso paradigmático a este respeito (Herz, 1988; Lima & Ramos, 1988).

O fim do regime militar eliminou importantes obstáculos (ainda que não todos) à autonomia interpretativa do jornalismo no Brasil, mas o fato é que o jornalismo praticado pelas grandes organizações noticiosas brasileiras permanece muito distante do jornalismo “independente” norte-americano que lhes serve de modelo. O oficialismo permanece, de um modo geral, uma característica marcante da cobertura jornalística da política, ainda que de modo mais discreto que no regime militar. Entretanto, não é mais apropriado descrever a relação entre as empresas jornalísticas e as autoridades políticas nos termos de uma mera subordinação das primeiras às últimas. Ao contrário, não raro os órgãos da imprensa têm se apresentado como fiadores da ordem política<sup>2</sup>: a atuação da Rede Globo na transição do

regime para a Nova República (Guimarães e Amaral, 1988) e a cobertura da imprensa ao processo de *impeachment* contra Collor (Fausto Neto, 1994; Lattman-Weltman, Carneiro & Ramos, 1994) constituem exemplos notáveis a este respeito. Quais são os fundamentos do oficialismo no jornalismo brasileiro contemporâneo? Como explicá-lo sem pura e simplesmente reduzi-lo aos interesses políticos momentâneos dos donos dos jornais ou, em termos mais gerais, aos interesses das classes dominantes? Como os jornalistas brasileiros definem o seu papel no jogo democrático? A análise da narrativa jornalística pode constituir um importante recurso para dar conta dessas questões.

### **Narrativa e Hard News: “A Semana da Espuma Assassina”**

A análise da revista *Veja* de 19 de novembro de 1997 permite ilustrar aspectos importantes da relação entre narrativa e jornalismo no Brasil. Não é nosso propósito aqui analisar em profundidade o enquadramento adotado pela revista na sua cobertura do pacote econômico de Fernando Henrique Cardoso ou desenvolver considerações mais profundas sobre a construção narrativa da autoridade jornalística na revista *Veja*. Trata-se apenas de ilustrar alguns aspectos da teoria exposta acima.

A crise econômica mundial, o pacote de Fernando Henrique e suas conseqüências dominaram a edição de 19 de novembro de *Veja*. O assunto mereceu, nessa edição, a capa da revista, quatro matérias consecutivas – “A semana da espuma assassina”, “Uma conta a mais”, “No que o pacote vai dar” e “O grupo sólido” – seguidas de um ensaio escrito por um economista norte-americano. Ele foi também o objeto central da entrevista com Carlos Menem nas páginas amarelas, da “Carta ao leitor” assinada por Flávio Pinheiro e do ensaio de Luiz Felipe de Alencastro na última página da revista. Dada a despretensão dos nossos propósitos, limitaremos nossas considerações às quatro matérias supracitadas.

A matéria “A semana da espuma assassina” constitui um excelente exemplo de *hard news* com um tratamento narrativo explícito. A matéria – cujo subtítulo é “Aflito, o governo vive dia de desavenças, queda de popularidade e sensação de impotência” – versa sobre a crise econômica e o pacote de Fernando Henrique Cardoso sob um prisma eminentemente político, enfatizando a reação do governo à crise econômica internacional e os temores palacianos quanto a um possível impacto negativo da crise e do pacote sobre a campanha de Fernando Henrique pela reeleição. O tratamento dispensado ao tema, porém, bebe menos na tradição das frias análises de conjuntura política que no estilo narrativo das histórias de terror e ficção científica. Ao longo da matéria, a crise econômica é sistematicamente apresentada como um monstro ameaçador cujo combate cabe naturalmente aos técnicos do governo, capitaneados pelo presidente – uma fórmula que deixa pouco a dever às que são empregadas nos roteiros de filmes como “Independence Day” e “A bolha assassina”. Que uma crise econômica internacional seja apresentada nos termos de filmes de terror não é algo muito fácil de se entender, exceto, talvez, na medida em que aponte para a necessidade de se explicar em termos familiares eventos diretamente pertinentes à vida dos leitores da revista. Estamos aqui muito mais próximos da explicação de Carey do que da de Motta para o caráter narrativo das notícias.

As matérias “Uma conta a mais” e “O grupo sólido” ilustram uma outra ordem de questões, relativas à narrativa como condição da explicação dos eventos “reais”. Nas duas matérias, os repórteres se valem de recursos narrativos para apresentar os eventos de que tratam como assuntos encerrados, de modo a extrair conclusões deles. Na matéria “Uma conta a mais” isso fica claro no subtítulo “Com o pacote, o governo fez o que era preciso,

mas a pressa resultou em algumas medidas tolas”. O pacote e suas conseqüências são construídos aí como eventos pertencentes ao passado, sobre os quais os jornalistas podem se pronunciar distanciadamente. O mesmo se dá na matéria “O grupo sólido”, sobre os países que “flutuaram acima” da crise internacional. Chile, Holanda, Itália e Espanha são apresentados como exemplos de economias que “deram certo”, uma avaliação que só é possível na medida em que o jornalista se encontre em algum ponto além da história. Ambas as matérias recebem um tratamento fundamentalmente moral. No caso de “Uma conta a mais”, o pacote do governo é avaliado como intrinsecamente bem intencionado e correto, de tal modo que mesmo medidas duras, como mudanças em um programa social que paga um salário mínimo para idosos e deficientes físicos, só podem ser explicadas pela pressa. Na matéria “O grupo sólido”, por sua vez apresenta o Chile, a Itália e etc. como países previdentes, modelos a serem seguidos pelo Brasil.

As convenções noticiosas utilizadas na cobertura da crise e do pacote por *Veja* nos permitem considerar também questões importantes acerca do modo como o semanário representa a atividade política e o papel a ser desempenhado nela pelo jornalismo. Podemos reconhecer nas matérias de *Veja* algumas convenções noticiosas que Schudson sustenta serem centrais no jornalismo “independente” norte-americano.

A convenção que estabelece ser o presidente “a figura central em qualquer evento em que tome parte” (Schudson, 1982: 99) é claramente ilustrada na primeira e mais importante das quatro matérias (“A semana da espuma assassina”): embora o subtítulo refira-se aos problemas enfrentados pelo governo de um modo geral, o seu verdadeiro objeto é o presidente Fernando Henrique Cardoso. Não apenas ele é, disparado, o personagem mais citado na matéria, como todos os demais personagens mencionados são apresentados na condição de interlocutores do presidente brasileiro ou fontes acerca do seu comportamento durante a crise.

A convenção que determina ser um objetivo da cobertura jornalística “transmitir o significado dos atos políticos numa estrutura temporal mais ampla que a dos próprios atos” é ilustrada pela correlação, estabelecida pelo autor da matéria “A semana da espuma assassina”, entre o pacote econômico e suas possíveis conseqüências para os planos de reeleição de Fernando Henrique Cardoso. Esta correlação ilustra um princípio mais fundamental do jornalismo norte-americano, segundo o qual os jornalistas têm como dever básico “descobrir, no plano da consciência dos atores políticos, as intenções que criam significados políticos” (Schudson, 1982: 99)

De um modo mais geral, o conjunto de quatro matérias que analisamos traduz uma representação da política nos termos de um conjunto de técnicas relativas à administração do bem público, muito mais do que como um assunto pertinente aos partidos políticos. É interessante notar que, no corpo das quatro matérias analisadas não encontramos *nenhuma* referência à posição de qualquer partido político ou liderança partidária com relação à crise econômica e ao pacote. Em compensação, encontramos inúmeras referências a interpretações de banqueiros, empresários, técnicos do alto escalão do governo e de órgãos financeiros internacionais. Não que as lideranças partidárias estejam totalmente ausentes: o Senador José Serra, do PSDB e os deputados Roberto Campos, do PPB e Aloísio Mercadante do PT – juntamente com o presidente do Banco Central Gustavo Franco, um professor universitário e lideranças empresariais, sindicais e de outras organizações da sociedade civil – têm trechos de entrevistas reproduzidos em boxes, à parte do corpo das três primeiras matérias sobre o assunto. A despeito da sua dimensão mais avantajada do que as citações inseridas no corpo das matérias, os trechos das entrevistas desses atores

políticos e sociais são ornados com convenções – o formato de “box”, as aspas que cercam os trechos, a diversidade dos atores representados – que as caracterizam como opiniões particulares, inferiores às referências feitas no corpo das matérias, apresentadas como fundamentadas em um saber técnico sobre a economia. Em resumo, tais matérias ilustrariam uma representação dos jornalistas como intérpretes técnicos de uma realidade política que é, ela própria, pensada como técnica.

Olhadas de uma outra perspectiva, porém, as convenções noticiosas manifestas nas matérias de *Veja* podem revelar um parentesco muito mais próximo com o jornalismo oficialista do tipo mexicano do que com o modelo “independente” norte-americano. A ausência de qualquer referência à oposição no corpo das quatro matérias é especialmente eloqüente a este respeito. As matérias de *Veja* não se limitam a subordinar o enfoque na disputa política (*politics*) ao enfoque na dimensão administrativa da política (*policy*). Elas simplesmente omitem a existência da oposição e, em conseqüência, o enfoque administrativo da política reina absoluto. A oposição não é mencionada nem mesmo quando a revista especula sobre a ameaça que o pacote pode significar ao projeto de reeleição de Fernando Henrique. Ao invés, a candidatura de Fernando Henrique é tratada como a única pertinente para o país

As matérias de *Veja* revelam ainda um outro traço característico do jornalismo “oficialista”: a distinção nítida entre as esferas da “autoridade” e da “política”, com base na qual a figura do presidente é representada como transcendente à disputa política, diretamente identificada com os destinos da nação. Nesse contexto, uma possível derrota de Fernando Henrique não significa apenas uma oportunidade de poder para os seus opositores, mas uma ameaça à própria estabilidade política do país. Isso é, ao menos, o que sugere o destaque dado por *Veja* aos seguintes trechos de um discurso pronunciado no Planalto por Fernando Henrique: “Num momento como esse, o governante tem de buscar apoio e unir o país. Se não fizer isso, fica isolado num processo avassalador” e, em seguida, “Diante de uma crise dessas, o governo só tem dois caminhos: a ditadura, que não vou seguir. Ou a queda, e eu também não quero cair”. Esta segunda afirmação foi reproduzida também na legenda que acompanha a foto que ilustra as duas primeiras páginas da matéria: Fernando Henrique discursando, tendo ao fundo a imagem de uma bandeira do Brasil. Não é exagerado, portanto, afirmar que, em grande parte, ela deu o tom da matéria.

## Conclusão

No decorrer deste artigo consideramos algumas questões relativas à dimensão narrativa das notícias e sua relevância para o estudo da cultura profissional dos jornalistas. Juntamente com Motta, acreditamos que o estudo da narrativa noticiosa constitui um importante campo a ser explorado pelos estudiosos do jornalismo, permitindo avançar a discussão para além do paradigma da objetividade jornalística. Discordamos de Motta, entretanto, em sua definição da narrativa como um elemento restrito às notícias de interesse humano. Procuramos mostrar que a narrativa é um elemento potencialmente presente em todo o tipo de notícias e, talvez, mais necessário nas hard news (principalmente no campo da economia e da política) que nas notícias de interesse humano, dado que nas primeiras a necessidade de explicação para os acontecimentos descritos é maior do que nas últimas. Outro ponto de divergência com Motta refere-se à sua caracterização da narrativa jornalística como fundamentalmente resultante da intervenção individual e imaginativa do jornalista sobre o objeto noticiado. Ao invés disso, entendemos as convenções narrativas

empregadas pelos jornalistas como um artefato cultural, que permite não apenas dar a forma de “histórias” às notícias, como também demarcá-las como o domínio de uma competência específica profissional específica.

Adicionalmente, sugerimos que as convenções narrativas empregadas nas notícias trazem implícitas representações acerca da ordem política e o papel que cabe aos jornalistas desempenhar nela. Tais representações variam na história e de cultura para cultura. Identificamos aqui três principais modelos a este respeito: o modelo do jornalismo “independente” norte-americano, o modelo de jornalismo “partidário”, de matriz europeia e o modelo de jornalismo fortemente dependente do Estado, muito característico dos países latino-americanos. Acreditamos que todos estes modelos ajudam a entender aspectos particulares do modo como o jornalismo brasileiro contemporâneo representa a ordem política e sua inserção nela. O problema que se apresenta à investigação é: de que maneira(s) essas tendências são sintetizadas no jornalismo brasileiro? Acreditamos que a análise das convenções narrativas utilizadas pelos órgãos noticiosos brasileiros constitui um promissor caminho de investigação a este respeito.

## Notas

\* Doutor em Comunicação e Cultura ECO/UFRJ. Professor no Depto. de Comunicação Social e Coordenador do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação da UFF.

1. Esta limitação do texto de Motta pode ser atribuída ao fato de ele simplesmente desconsiderar toda a tradição de estudos do jornalismo como construção da realidade (Berger e Luckmann, 1973; Tuchman, 1978; Fishman, 1980; Gitlin, 1980).
2. Diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos (Campbell, 1991; Schudson, 1993) a ênfase sobre a responsabilidade política do jornalismo tende a recair sobre as empresas jornalísticas muito mais do que os jornalistas, tomados individualmente (Waisbord, 1996b). O processo de *impeachment* de Collor é um caso exemplar de como as empresas jornalísticas tomaram para si a responsabilidade “cívica” de terem colaborado decisivamente no processo de remoção de um presidente indigno (José, 1996).

## Bibliografia

- ADGHIRNI, Zélia (1997). “Routines produtivas do jornalismo em Brasília” in MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, p. 449-468.
- BARTHES, Roland (1971). Introdução à análise estrutural da narrativa. In BARTHES, Roland et alii. *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Vozes.
- BENJAMIN, Walter (1993). O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *Obras escolhidas I. Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 5a ed., p. 197-221.
- BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas (1973). *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes.
- BIRD, S. Elizabeth & DARDENNE, Robert W (1993). “Mito, registro e ‘estórias’: explorando as qualidades narrativas das notícias” in TRAQUINA, Nélson (org.) *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Vega, p. 263-277.

- CAMPBELL, Richard (1991). *60 Minutes and the News: a Mythology for Middle America*. Urbana and Chicago: University of Chicago Press.
- CAREY, James W. (1986). The dark continent of American journalism. In MANOFF, Robert Karl & SCHUDSON, Michael. *Reading the news*. New York: Pantheon Books, p.146-196.
- CHALABY, Jean K (1996). Journalism as an Anglo-American Invention: A Comparison of the Development of French and Anglo-American Journalism, 1830s-1920s. *European Journal of Communication*, vol. 11 (3), p. 303-326.
- DELARBRE, Raúl Trejo (1996). "Prensa y gobierno: las relaciones perversas" in *Comunicação & Política* v. III, no 2, p. 46-71.
- FAUSTO NETO, Antônio (1989). *O corpo falado (a doença e morte de Tancredo Neves nas revistas semanais brasileiras)*. Belo Horizonte: PUC-MG/FUMARC, 2a ed.
- FAUSTO NETO, Antônio (1994). "A sentença dos *media*: o discurso antecipatório do *impeachment* de Collor" in FAUSTO NETO, Antônio, BRAGA, José Luiz & PORTO, Sérgio Dayrell (org.) *Brasil: comunicação, cultura & política*. Rio de Janeiro: Diadorim, p. 328-355.
- FISHMAN, Mark (1980). *Manufacturing the news*. Austin: University of Texas Press.
- GENRO FILHO, Adelmo (1989). *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Ortiz.
- GITLIN, Todd (1980). *The whole world is watching: mass media in the making & unmaking of the new left*. Berkeley: University of California Press.
- GOLDENSTEIN, Gisela Taschner (1987). *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus.
- GUIMARÃES, César & AMARAL, Roberto (1988). "Brazilian television: a rapid conversion to the New Order". in FOX, Elizabeth (ed.). *Media and politics in Latin America: the struggle for democracy*. London: Sage, p. 125-137.
- HALLIN, Daniel C. & MANCINI, Paolo (1984). "Speaking of the President: political structure and representational form in U.S. and Italian television news". *Theory and Society*, 13, p. 829-850.
- HALLIN, Daniel. "Dos instituciones un camino: a televisão e o Estado na eleição de 1994 no México" (1996). *Comunicação & Política* v. III, no 2, p. 72-93.
- HERZ, Daniel (1988). *História secreta da Rede Globo*. Porto Alegre: Tchê, 1988.
- JOSÉ, Emiliano. *Imprensa e poder: ligações perigosas* (1996). Salvador/São Paulo: EDUFBA/Hucitec.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando; CARNEIRO, José Alan Dias & RAMOS, Plínio de Abreu (1994). *A imprensa faz e desfaz um presidente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- LIMA, Venício A. de. "Brasília: 30 anos de 'jornalismo oficial'" (1992). *Cadernos de Ciência Política (Departamento de Ciências Políticas e Relações Internacionais/UNB)*, no 6. Brasília.
- LIMA, Venício A. de & RAMOS, Murilo César (1988). "Televisão no Brasil: desinformação e democracia" in FLEISCHER, David (org.). *Da distensão à abertura: as eleições de 1982*. Brasília: Editora da UNB, p. 215-233.
- MELO, José Marques de (1994). *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2a ed. Rev.
- MOTTA, Luiz Gonzaga (1997). "Teoria da notícia: entre o real e o simbólico" in MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, p. 305-320.

- RIBEIRO, Jorge Claudio (1994). *Sempre alerta: condições e contradições do trabalho jornalístico*. São Paulo: Olho d'água/Brasiliense.
- SCHUDSON, Michael (1978). *Discovering the news: a social history of american newspapers*. New York: Basic Books.
- SCHUDSON, Michael (1982). "The politics of narrative form: the emergence of news conventions in print and television". *Daedalus* 111 (4), p. 97-112.
- SCHUDSON, Michael (1993). *Watergate in American memory: how we remember, forget, and reconstruct the past*. New York: Basic Books. Paperback ed.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da (1991). *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo: Summus.
- TASCHNER, Gisela (1992). *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- TRAVANCAS, Isabel Siqueira (1992). *O mundo dos jornalistas*. São Paulo: Summus Editorial.
- TUCHMAN, Gaye (1978). *Making news: a study in the construction of reality*. New York: The Free Press.
- WAISBORD, Silvio (1996a). Investigative Journalism and Political Accountability in South American Democracies. *Critical Studies in Mass Communication* 13, p. 343-363.
- WAISBORD, Silvio (1996b). "Contando histórias de corrupção: narrativa de telenovela e moralidade populista no Caso Collorgate" in *Comunicação & Política* v. III, no 2, p. 94-111.
- WHITE, Hayden (1981). "The Value of Narrativity in the Representation of Reality". In MITCHELL, W. J. T. *On Narrative*. Chicago: University of Chicago Press.
- ZELIZER, Barbie (1992). *Covering the Body: the Kennedy Assassination, the Media, and the Shaping of Collective Memory*. Chicago and London: The University of Chicago Press.